

**O ESTRANHO NAS SOMBRAS:
REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO, O
TERRITÓRIO E AS PAISAGENS DO
MEDO**

*THE STRANGER IN THE
SHADOWS:
REFLECTIONS ON SPACE,
TERRITORY AND LANDSCAPES OF
FEAR*

*EL EXTRAÑO EN LAS SOMBRAS:
REFLEXIONES SOBRE EL
ESPACIO, EL TERRITORIO Y LOS
PAISAJES DEL MIEDO*

Roberto Magno Reis Netto

Universidade Federal do Pará.
Doutorando em Geografia (UFPA).
E-mail: bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante

Érgane – Pesquisadores da Amazônia.
Especialista em Atividade de Inteligência
(ESMC).

E-mail:
clarinacavalcante@outlook.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Universidade Federal do Pará /
Universidade do Estado do Pará.
Doutor em desenvolvimento (UFPA)
E-mail: claychagas@ufpa.br

Resumo: O presente ensaio objetivou a construção de possíveis correlações entre as territorialidades estabelecidas pelos mais diversos agentes e sua influência no espaço, como elementos capazes de construir símbolos ou códigos espaciais geradores de sentimentos ao ser humano, dentre os quais, o de medo. Buscou-se a realização de uma discussão em torno dos conceitos de espaço, território e paisagem, e suas possíveis repercussões na psicoesfera humana, de modo a identificar a possível construção de paisagens do medo, a partir da interação entre o humano e os territórios constituídos sobre o espaço. Ao fim, concluiu-se que a ideia de paisagem do medo será sempre relativa e estará diretamente ligada a uma dicotomia entre a territorialidade que se vive e uma territorialidade que não se vive, portanto, decorrente de uma sensação de ruptura diante de códigos diferentes daqueles inerentes ao espaço onde corriqueiramente se exerce a existência.

Palavras-Chave: paisagens do medo, territorialidade, códigos do espaço.

Abstract:

This essay aimed at the construction of possible correlations between the territorialities established by the most diverse agents and their influence in space, as elements capable of building symbols or spatial codes that generate feelings for the human being, among which, fear. We sought to carry out a discussion around the concepts of space, territory and landscape, and their possible repercussions on the human psychosphere, in order to identify the possible construction of landscapes of fear, from the interaction between the human and the constituted territories. over space. In the end, it was concluded that the idea of a landscape of fear will always be relative and will be directly linked to a dichotomy between the territoriality that is lived and a territoriality that is not lived, therefore, resulting from a feeling of rupture in the face of codes different from those inherent to the space where existence is routinely exercised.

Keywords: landscapes of fear, territoriality, space codes.

Resumen:

El presente ensayo apuntó a la construcción de posibles correlaciones entre las territorialidades establecidas por los más diversos agentes y su influencia en el espacio, como elementos capaces de construir símbolos o códigos espaciales generadores de sentimientos para el ser humano, entre los cuales, el miedo. Buscamos realizar una discusión en torno a los conceptos de espacio, territorio y paisaje, y sus posibles repercusiones en la psicofera humana, con el fin de identificar la posible construcción de paisajes del miedo, a partir de la interacción entre lo humano y los territorios constituidos. espacio. Al final, se concluyó que la idea de un paisaje del miedo siempre será relativa y estará directamente ligada a una dicotomía entre la territorialidad que se vive y una territorialidad que no se vive, por lo tanto, resultante de un sentimiento de ruptura frente a códigos distintos a los inherentes al espacio en que se ejerce rutinariamente la existencia.

Palabras-clave: paisajes del miedo, territorialidad, códigos de espacio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo representa um ensaio sobre o espaço vivido por cada um - ou, como diria Santos (2017), o território usado – e suas possíveis repercussões sobre as percepções dos sujeitos, capazes de incutir-lhes sentimentos de medo, eventualmente, capazes de condicionar seu comportamento a partir do ambiente deparado com os sentidos.

Obviamente, embora o trabalho detenha como foco o conceito de *território*, buscou-se uma correlação reflexiva entre este e as demais categorias inseparáveis, como o *espaço*, em termos práticos.

É inequívoco que o contato entre os seres humanos e os lugares ocasiona, aos primeiros, sentimentos que podem variar desde imagens de prazer a profundos quadros de temor.

E, é quase impossível não se remeter à Tuan (2005, p. 12), ao se tratar sobre *paisagens* e sua relação com o *medo*¹, o qual afirma que um potencial sentimento de insegurança poderia se originar tanto de “[...] estados psicológicos [...]” como “[...] do meio ambiente real”, de modo que o contato entre humano e espaço, ou, ao menos, com determinados elementos da complexidade inerentes a este último, poderiam *ativar* o *medo* naquele primeiro.

Contudo, é de se questionar: que fenômenos, de fato, seriam capazes de ocasionar o sentimento de medo, a partir da interação entre o ser humano e o espaço-tempo? De que forma elementos pertencentes à complexidade do espaço seriam capazes de incutir no

¹ Conceito que, para esse autor, guarda sentidos muito mais próximos das construções de *topofilia* e *topofobia* (afinidade ou temor, decorrentes da relação psicológica entre a paisagem e anteriores imagens vinculadas ao lugar de apreço do observador), diferenciando-se, por exemplo, dos sentidos mais complexos de paisagem, elaborados por Santos (2017), por exemplo.

humano o complexo sentimento de alerta e prontidão em questão? De que forma os processos de (re)produção social do espaço estariam sujeitos a influências decorrentes desse sentimento de ameaça, diretamente vinculado ao espaço?

Sem qualquer pretensão de exaurimento do assunto (digno de verdadeiras teses interdisciplinares, aliás), objetivou-se, neste texto, a construção de possíveis correlações entre as territorialidades estabelecidas pelos mais diversos agentes e sua influência no espaço, como elementos capazes de construir símbolos ou códigos espaciais (LEFEBVRE, 2000) geradores de sentimentos ao ser humano, dentre os quais, o de medo.

Especificamente, buscou-se a realização de uma discussão em torno dos conceitos de espaço, território e paisagem, e suas possíveis repercussões na psicoesfera humana (SANTOS, 2017), de modo a identificar a possível construção de *paisagens do medo* a partir da interação entre o humano e os territórios constituídos sobre o espaço.

A discussão se originou da verificação do uso cada vez mais recorrente da categoria *paisagens do medo*, em discussões travadas nos círculos da chamada geografia da violência e do crime (REIS NETTO, 2021), junto aos quais o debate em torno do *medo* tem sido observado como justificativa para políticas e ações contraditórias, que, na prática, resultam em nítida segregação (fragmentação) do espaço das cidades (HAESBAERT, 2014), por exemplo.

Nesse desiderato, o trabalho se constituiu como uma pesquisa inicialmente bibliográfica (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), debruçada sobre o debate de conceitos elaborados por autores de significativa importância à geografia (SANTOS, 2017; LEFEBVRE, 2000), sob uma abordagem essencialmente qualitativa (ou seja, voltada à discussão do conteúdo de certos fenômenos).

Num segundo momento, a análise prosseguiu mediante o uso da técnica de *análise documental*, conjuntada à *análise por observação* (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), mediante o uso de imagens oriundas do acervo dos pesquisadores (em suas pesquisas envolvendo a temática do crime e violência no âmbito da geografia), de modo a permitir uma aproximação empírica entre os postulados debatidos e suas manifestações espaciais concretas.

Assim, foram realizadas determinadas digressões teóricas capazes de servir como elementos iniciais para a explicação de possíveis fenômenos espaciais correlatos ao *medo* ou *sensação de insegurança*, comuns a debates relativos à geografia da violência e do crime (REIS NETTO, 2021), bem como a diversas áreas, como o direito e a segurança pública, atividade de inteligência, defesa, etc. Além disso, o texto buscou, igualmente, um acréscimo aos debates sobre o tema, sendo uma instigação à construção de teorias posteriores.

O ESPAÇO, O TERRITÓRIO E O SENTIMENTO

Por meio de um olhar sobre a noção de *totalidade* (muito mais hipotético do que real, conquanto aquela se coloque como uma verdade inatingível à razão humana e seus limitados sentidos), tem-se que esta conglobaria um complexo e imensurável mundo de possibilidades coexistentes e intercruzadas que, de maneira pouco previsível e absolutamente variável, se realizariam a todo tempo, diversamente, em diferentes lugares.

Ou, como afirmaria Santos (2017, p. 124):

A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até

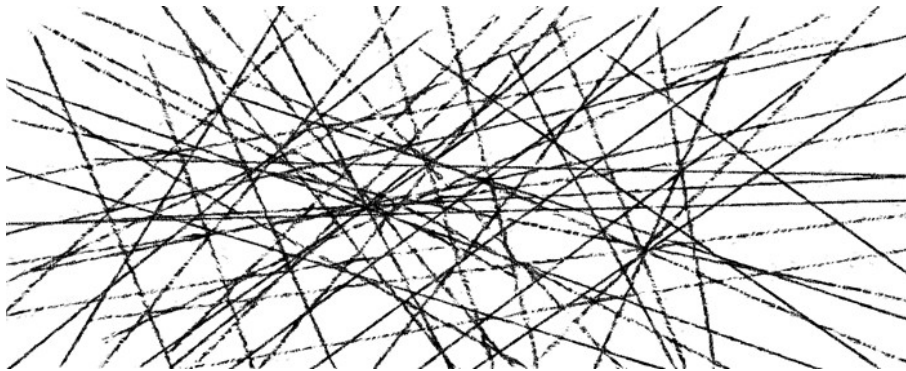
então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação.

Ação esta que

[...] une o universal ao particular. Levando o universal ao lugar, cria uma particularidade. E esta sobrevive como particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. (SANTOS, 2017, p. 124)

Se as possibilidades reais fossem representáveis por vetores (Figura 1), por exemplo, elas surgiriam como um caos em ininterrupto cruzamento, que, num dado momento, se encontrariam (geografizadas e historicizadas) para particularizar-se no lugar e voltar à realização de novos movimentos, por meio de *eventos* (SANTOS, 2017).

Figura 1 – O caos da totalidade, a particularidade do real.



Fonte: criação dos autores.

Nesse sentido, Santos (2017), ao compreender o espaço como um perpétuo conjunto solidário, indissociável e contraditório de sistemas de ações e objetos, pressupôs a existência de ações (propugnadas pelos saberes e fazeres humanos em busca de suas realizações diversas, em indissociável interação com o espaço-tempo)

e de objetos, mantenedores de formas-conteúdos decorrentes dessas ações, que são capazes de “[...] influenciar de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social” (SANTOS, 2017, p. 126), num processo que denominou de *inércia dinâmica*.

E, nessa perspectiva, esses objetos, ao existirem e se instalarem nos lugares, passam a expressar em si intencionalidades imprimidas a partir da racionalidade humana que os instituiu, exercendo a dita *inércia dinâmica*, por vezes, dissociada daquela decorrente de sua razão criadora, separando *criadores* e *criaturas* para que exerçam efeitos sociais não necessariamente controláveis.

Além disso, há que se falar, igualmente, em objetos naturais, componentes de uma complexidade territorial decorrente dos elementos naturais (SANTOS, 2017), que persiste, modifica e influencia as relações entre o homem e o espaço ao longo de seus processos de (re)produção social e, a todo tempo, por meio da acidentalidade da natureza, (re)criam objetos igualmente capazes de gerar representações no imaginário humano. Embora não se possa falar da *intencionalidade* de sua criação (pela natureza), de outro lado, se pode falar numa *interpretação pela racionalidade* daqueles que os observam.

Nessa perspectiva, exsurtem aos sentidos humanos as paisagens, enquanto “[...] um conjunto de objetos reais-concretos, [...] passados e presentes [...], uma dada distribuição de formas-objeto, providas de um conteúdo [...]” (SANTOS, 2017, p. 103).

Por óbvio, a paisagem está indissociavelmente ligada ao espaço e a todas as relações circunscritas à totalidade, de modo que a primeira não pode ser simplesmente dissociada ou estudada de maneira apartada do segundo (SANTOS, 2017).

Porém, de outro lado, é inequívoco que a complexidade do mundo que se consolida num conjunto de objetos na paisagem, inevitavelmente, atinge e adquire significado perante o sujeito-observador.

Figura 2 – Objetos geradores de *desconfortos a alguns olhos*: à esquerda, ervas daninhas em árvore, decorrentes da accidentalidade da natureza, em Belém-PA; à direita, construção humana abandonada e depredada, sujeita a pichações por grupos consumidores de drogas, em Santa Bárbara-PA



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Analisando o fenômeno sob a perspectiva de Lefebvre (2006), tem-se que o autor também admite o espaço (social) como uma instância capaz de gerar repercussões psicológicas ao ser humano. Nas palavras do autor:

Ora, a relação prática do Ego com seu próprio corpo estabelece sua relação com outros corpos, com a Natureza, com o espaço. E inversamente: a relação com o espaço se reflete numa relação com o outro, corpo e consciência. O corpo total se analisa e se auto-analisa [...] (LEFEBVRE, 2000, p. 281).

Não é preciso demonstrar a capacidade inventiva do corpo: ele a mostra, ele a manifesta [desenvolve]

no espaço. Os ritmos, múltiplos, se interpenetram. No corpo e em torno dele, como à superfície de uma água, como na massa de um fluido, os ritmos se cruzam e se entrecruzam, se superpõem, ligados ao espaço. Eles não deixam fora deles [de fora] nem as impulsões elementares, nem as energias, que elas se repartam no interior do corpo ou à sua superfície, que sejam “normais” ou excessivas, réplica a uma ação exterior ou explosivas (LEFEBVRE, 2000, p. 282).

Buscando uma possível ilustração da passagem, tem-se que a complexidade do espaço social poderia ser comparada a um conjunto de ondas em constante ressonância (Figura 2). As pessoas e os objetos, todos, componentes de um único espaço, viveriam em constante contato com as dinâmicas oriundas da complexidade (e que advém de si próprios), que, resultariam nas formas do espaço social.

Figura 3 - A fluida complexidade.



Fonte: elaboração dos autores.

A todo momento, essas forças da complexidade, em constante interação, constituiriam o espaço (social) como um conjunto de símbolos e representações que expõe um *código* do espaço, que determina seu funcionamento e lhe condiciona a ação humana (LEFEBVRE, 2000).

Aliás, sequer se poderia falar na separação entre humano e espaço, senão numa indissociabilidade do humano-espaço, já que

aquele só pode ser sentido enquanto ser-no-espço, que também é espaço do ser:

O 'outro' [o espaço] está lá, diante do Eu (corpo diante de um outro corpo). Impenetrável, salvo pela violência - ou pelo amor. Objeto de um dispêndio de energia, agressão ou desejo. Mas o externo é também interno, enquanto que "o outro" é também corpo, carne vulnerável, simetria acessível (LEFEBVRE, 2000, p. 242).

Do (indissociável) contato do ser humano com o espaço (dotado de signos, de códigos), significados explícitos ou implícitos, seriam automaticamente produzidos em na esfera mental daquele primeiro, que, por conseguinte, resultariam em sentimentos, dentre os quais, o de medo. Contudo, o medo não adviria necessariamente da totalidade, nem de intencionalidades decorrentes de processos que se operam em diferentes escalas.

O medo, enquanto estado de prontidão e sobrevivência, surgiria de algo potencialmente compreendido como uma ameaça pelo corpo-no-espço, a partir da leitura dos signos, dos códigos espaciais, que lhe impelem a uma certa conclusão.

Santos (2017, p. 256) denomina de *psicoesfera* esse conjunto de significados capazes de influenciar o comportamento humano a partir do espaço, compreendendo-a como o "[...]reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...]" diante do "[...] meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário".

Embora o autor informe que a psicoesfera advenha da geração de um ideário a partir do contato com a complexidade do espaço geográfico, momento em que há uma pequena aproximação entre esse conceito e as ideias de *topofilia* e *topofobia* de Tuan (2005), de outro lado, não se pode ignorar que a complexidade gerará efeitos

diferenciados conforme cada evento, em cada local e a partir de cada corpo-no-espço. Há outros elementos que (res)significam o espaço para além das questões psicológicas associadas ao lugar (que serão retomados no tópicó seguinte).

Assim, para pessoas que habitam um dado lugar e criam *laços* com seus códigos, estes lhes parecerão normais e comuns, trazendo significados do dia a dia (SERPA, 2013), o que, por sua vez, se apresentaria de maneira diferente ao estrangeiro ou forasteiro, que poderia sentir esses códigos do espaço como ameaças ou representativos de medo, a partir das condições pelas quais este viveu seu respectivo processo de (re)produção social.

O lugar de si, do ser-no-espço, “como lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de “cultura” (SERPA, 2013, p. 171), surge como o parâmetro de autoidentificação, do comum, quando em contato com uma determinada paisagem.

Figura 4 – “O que lhe causa temor?”. A esquerda, imóvel urbano no Bairro do Distrito Industrial, município de Ananindeua-PA, em localidade apontada como perigosa. A direita, vicinal de um assentamento, na área rural do município de Santa Bárbara-PA, ambos na Região Metropolitana de Belém-PA



Fonte: acervo dos autores.

Desse modo, uma paisagem que, para uns geraria sentimentos adversos, para outros representaria a normalidade, o

cotidiano, de acordo com sua forma de ser-no-espaço. A título de exemplo, veja-se a Figura 4. Todas as imagens representam paisagens comuns a determinados estilos de vida.

No entanto, diante de uma eventual permuta de paisagens entre os seus respectivos observadores, os seres-no-espaço, certamente, tem-se que a nova paisagem poderia gerar sentimentos de medo em relação ao observador incomum em contato com o desconhecido e seus corpos.

Não há, portanto, uma *paisagem do medo*. A ideia é relativa, de acordo com cada conjunto de signos e a capacidade relacional de cada ser-no-espaço com eles mesmos.

OS TERRITÓRIOS E AS PAISAGENS DO MEDO

Como visto, cada um, em cada espaço-tempo, viveria conforme diferentes processos de (re)produção social do espaço, passando a imprimir sobre este as suas necessidades, culturas, etc., ao mesmo tempo em que receberia daquele (de seus códigos, seus signos, suas especificidades), intencionalidades (SANTOS, 2017) ou ritmos (LEFEBVRE, 2000) que condicionariam sua psicoesfera, moldando sua forma de ser-no-espaço.

Surge a concepção de *território usado* (SANTOS, 2005), animado pela cultura, pelas práticas, pelo trabalho humano, o espaço que passa a ser marcado pela territorialidade dos seres humanos, reverberando-a por meio dos objetos (re)construídos.

Ao se territorializar no espaço, os agentes, por meio de suas ações e seus trabalhos, se colocariam em cultura e memória conjuntamente aos objetos ali existentes, fazendo com que aquele espaço espelhe esses elementos (SANTOS, 2017).

De acordo com a capacidade de agir em diferentes escalas, a ação desses agentes territoriais pode transformar os signos e códigos espaciais de mais hegemônica, ou não, de acordo com a possibilidade desses signos não serem anulados ou diminuídos pelos diferentes vetores da complexidade que se impõe sobre os lugares.

Essa diferente capacidade de agir em múltiplas escalas, de acordo com Raffestin (1993), estaria diretamente afeto à capacidade de poder de cada agente, que seria transferida para as relações sociais, territorializando-os a partir de suas interações com outros agentes e com os objetos do espaço.

Embora a ideia de poder se configure como um conceito-chave da teoria daquele autor, por outro lado, ele afirma uma impossibilidade de delimitação desta categoria/instituto, sendo, no entanto, nítida sua inspiração em autores como Foucault (2015, p. 17), que entendem que o poder “[...] não é algo que se detém como uma coisa ou propriedade, que se possui ou não [...]”, senão “[...] um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações[...]” (2015, p. 370).

O poder se ilustraria como uma chama que toca aquilo que os desejos e necessidades humanas espraiam em sua vivência nos espaços – territorialização pelo uso, como diriam Santos (2015) e Lefebvre (2000) – imantando-os, contaminando-os, incutindo-lhes diversos elementos daquelas intencionalidades (racionais ou não). Nem tudo é motivado por relações de poder. Mas o poder está lá, seja o que significar ou como for, gerando consequências mesmo nas mais puras relações de amor ou apreço.

A imagem abaixo pode ilustrar a abstração. O que o poder da mão de midas é capaz de tocar, é imantado pelo seu poder. Mas, por força da complexidade do mundo, nem tudo pode ser tocado, nem

tudo está ao seu alcance. Seu poder está adstrito à capacidade de sua relação escalar e dos limites de sua capacidade de resistência às demais forças da complexidade do mundo.

Figura 5 – *A mão de medidas.*



Fonte: Criação dos autores.

Assim, é natural que as lógicas de codificações do espaço a partir do Estado (LEFEBVRE, 2000) ou de agentes ligados ao mercado internacional global (SANTOS, 2017) acabem se impondo numa busca por uma padronização do mundo do livre mercado.

Mas isso não anula, como bem especifica Santos (2005), as possibilidades de reconstrução e resistência dos espaços a partir das ações de agentes locais, que, em sua territorialidade, impõem-se, por suas ações e pelo sistema de objetos que ali se institui (na medida do possível), de maneira contrária e resistente às influências globais.

Os poderes desses agentes se encontram e se confrontam, construindo diferentes territórios e territorialidades no complexo espaço no qual se relacionam.

No nível local se afigura o que Lefebvre (2000, p. 232) compreende por *espaço apropriado* enquanto “[...] O espaço do habitar [que] abrange o de um grupo (de uma família, geralmente grande) e o de uma comunidade (fracionada em castas ou classes, que tendem a quebrá-la)”. Portanto, o espaço que se opõe àquele dominado pelo Estado, que busca a ressignificação conforme os modos de vida de cada um (também, igualmente condicionados pelo espaço vivido por cada um).

De Santos (2015) e Lefebvre (2000) é possível extrair algo comum: tanto o exercício de ações por parte do mercado e do Estado, em escalas regionais, nacionais e globais (enfim, escalas geográficas menores), quanto dos cidadãos comuns e comunidades, em escalas locais (portanto, maiores), são capazes de criar, em suas territorialidades, signos passíveis de leitura por qualquer outro agente territorial, de acordo com seu nível de vivência, ao longo do processo de (re)produção do espaço.

Como afirma Lefebvre (2000), o primeiro contato de uma pessoa com o ambiente permite-lhe uma degustação de elementos iniciais por parte dos sentidos. Mas, somente a vivência permite-se sentir, de maneira mais assente, os poderes, legais ou não, projetados sobre aquele espaço, por diferentes estratégias e recursos de poder.

O entendimento coaduna com a ideia de territorialização exposta por Santos (2017), que informa que a ligação entre o humano e a cultura do lugar, e, em larga medida, os significados inerentes às ações e objetos do espaço, permite-lhe entender e viver aquele lugar.

Cria-se a paisagem enquanto “[...] conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza” (SANTOS, 2017, p. 103). É uma distribuição, portanto, de formas-

objetos que advêm do jogo de forças travado no espaço, tornando-se, assim, algo visível, mas que, em si, carrega diversos elementos invisíveis (mas condicionantes da ação humana) (SERPA, 2013).

Os símbolos do espaço, seus códigos, cuja informação é expressa pelas formas objeto, que, por sua vez, encobrem toda a complexidade espacial (SERPA, 2013), por sua vez, perpassam mensagens aos presentes, aqueles que entram em contato com a paisagem (e, é claro, o espaço correspondente).

E, obviamente, os signos de um lugar seriam mais facilmente compreendidos e normalizados pelos habitantes daquele, conquanto que, para um forasteiro, o contato direto, poderia fazer-lhe experimentar diversas sensações, como o medo.

Para além disso, deve-se acrescentar que os processos de produção do espaço neste século XXI, em muito, são orientados por interesses globais de funcionalidade e por ideias de localização favorável à produção capitalista.

Com isso, a segregação de contingentes populacionais desassistidos à espaços precários e a fragmentação dos espaços urbanos, por exemplo, passa a gerar códigos, signos espaciais, que conscientemente ou inconscientemente também reproduzirão essa exclusão e todos os preconceitos inerentes ao lugar.

Em linhas mais simples, os espaços expressam a territorialização de uma cultura inerente aos que ali habitam. Os locais favorecidos, certamente, expressarão imagens que condizem com o *design*, o luxo, o economicamente compreendido como belo ou compatível com a moda.

Os locais fragmentados, lócus da exclusão, por sua vez, materializarão as possibilidades reais de cada grupo, o esquecimento pelo estado, a precariedade, a simplicidade das formas, mesmo

quando consideráveis belas. Cada um, por sua vez, representará uma normalidade que será encarada com espanto por grupos *de fora*, não territorializados com aqueles códigos do espaço-tempo.

A questão é: o espaço será marcado por códigos, signos, ritmos, ou, simplesmente, reproduzirá diferentes psicoesferas que trarão significado que, para certos corpos, seres-no-espaço, poderão representar sentimentos de ameaça.

A *paisagem do medo* se produziria desta forma, como dito, de maneira relativa a cada agente em cada lugar.

O ESTRANHO NAS SOMBRAS: ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO PRODUCENTES DE CÓDIGOS QUE ACIONAM O SENTIMENTO DE MEDO

De maneira transdisciplinar, tem-se que a conclusão obtida na seção anterior, de certa forma, já havia sido também exposta pelos estudiosos das técnicas de *storytelling* (contação de histórias), utilizadas em vários campos do conhecimento, como a pedagogia, administração, marketing, psicologia, dentre outros.

Autores como Lupton (2020) informam que um cenário é fundamental para a contação de uma história, porque exerce uma função de complementação, não só da existência, como das próprias características assumidas pelo personagem de uma história no espaço-tempo.

Indo além, Xavier (2015) insinua que o espaço se comporta como um verdadeiro personagem, pois sua valorização explica, até mesmo de forma implícita, muitos elementos inerentes à personalidade dos heróis, vilões, vítimas, etc. de uma história construída de maneira planejada.

A paisagem (que aqui também pode ser concebida em seu conceito geográfico), que é relatada ao leitor de um livro, ouvinte de

um relato, telespectador de um filme, é apresentada como um verdadeiro *estranho nas sombras*. Um elemento ativo que, mesmo que de forma fictícia, coloca-se como resultado de milhares de eventos complexos capazes de influenciar os personagens e gerar reviravoltas nas suas histórias de vida.

A arte imita a vida. Veja-se a paisagem que descreve a história de um personagem apresentado como herói e compare-se com aquela construída em relação ao personagem construído como vilão, antagonista.

Em seguida, invertam-se os papéis e pontos de vista. Os códigos do espaço, que descreviam uma paisagem hostil e despertavam sentimentos de medo construídos pela alteridade em relação ao vivido pelo vilão, simplesmente se modificarão, a partir do momento em que estes seriam compreendidos com *os corretos* pelos sentimentos dos ali viventes.

Retome-se o final da seção anterior, uma paisagem do medo será sempre uma decorrência do contato com códigos diferenciados daqueles naturalmente vividos no território onde uma pessoa habita, e, por isso, tomados como corretos, como comuns, como construtores de uma verdade relativa.

Vejam-se alguns exemplos capazes de ilustrar a afirmativa, por meio das imagens (reais) que se seguem.

Figura 6 – À esquerda: fotografia de aglomerado subnormal situado no município de Santa Bárbara-PA. À Direita: fotografia da Estação das Docas, um dos principais pontos turísticos de Belém-PA.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Na imagem acima, o aglomerado subnormal perpassa uma série de informações, códigos, em sua paisagem: a falta de saneamento, carência das habitações, falta de cuidado com os espaços públicos, a ausência de pessoas visíveis, as pichações, dentre outros, códigos de um espaço onde o Estado e, menos ainda, atividades econômicas expressivas se afiguram presentes. Certamente, é um dos referidos espaços fragmentados das cidades, relegados à pobreza e à precariedade.

Já a imagem do ponto turístico revela um espaço de ordem, limpo e organizado de diversas formas e, aparentemente, resguardado e protegido. Lugar no qual os signos e cores revelam atividades econômicas expressivas e a arquitetura revela um zelo por parte dos agentes, cujas atividades ali se encontram envolvidas.

Ambos são lugares que expressam códigos, que, para seus respectivos viventes, seus habitantes, aqueles que ali se encontram territorializados, certamente, são comuns, inerentes a uma normalidade, ao dia a dia.

Invertendo-se, no entanto, os papéis desses habitantes em relação às paisagens acima, certamente, seriam gerados aos experimentadores de tal transposição (sobretudo, se nada

habitados com a realidade altera) o contato com um *estranho*, cujas sombras poderiam trazer diversos sentimentos de medo.

Ao habitante do aglomerado: o medo de ser confundido com o *ladrão* (aquele que invariavelmente mora nas baixadas e zonas periféricas), de ser excluído por sua vestimenta, cultura, jeito de falar e se expressar, economicamente desinteressante aos grandes empreendimentos econômicos turísticos ou não, que, por esta razão, poderia ser perseguido pelos seguranças, abordado, questionado, preso, ou, como a história mostra, até mesmo expulso, agredido, morto. Medo de não ser encarado como uma pessoa apta ao consumo naquele local, e, por isso, apta também a discriminações e sujeições de toda ordem.

Ao vivente do local turístico: o medo de ser assaltado, de ter suas posses, sua liberdade, sua integridade, sexualidade, etc., vilipendiados pelo ladrão, pelo sem etiqueta, pelo faminto que ali habita por necessidade. Medo de sofrer violências que não sabe determinar, de se envolver num confronto naquele espaço onde a polícia e a segurança privada não são visíveis, e cujos códigos expressam descaso e desordem, desconfortos decorrentes de uma aparente incivilidade.

Obviamente, os processos que constroem a paisagem são muito mais complexos que as (preconceituosas) conjecturas acima. Porém, certamente os relatados sentimentos, em algum momento da vida, já restaram experimentados pelos leitores deste estudo, ao entrar em contato com uma *paisagem do alter, com o estranho nas sobras*, diferente, assustador, por sua difusa expressão de valores e ideais, por meio de códigos que revelam uma outra forma de vida, uma outra condição econômica, uma outra (des)ordem social, uma outra forma de relacionamento com a legalidade, uma outra

religiosidade, uma outra cultura, diferentes níveis de atenção pelo poder público, etc.

E, para além do espanto, a proximidade ou distância com os códigos expostos numa paisagem, podem explicar muito mais a respeito de processos complexos, como, por exemplo, os laços que se estabelecem entre pessoas sem nenhum contato prévio, quando de seu encontro num espaço totalmente diferente, e, por vezes, hostil, diante de sua anterior comunhão com códigos comuns ou seu estranhamento a códigos diferentes, que acabam por gerar sentimentos como empatia ou desejo de cooperação entre si.

Indiretamente, a questão foi analisada por Reis Netto (2018), Reis Netto e Chagas (2018), ao discutirem a territorialidade estabelecida por facções criminosas e agentes do tráfico de drogas em sua capacidade de associação com comunidades carentes.

Como, por vezes, estas organizações assumem papéis assistenciais em assentamentos precários, historicamente esquecidos pelo Estado, suas marcas passam a representar códigos de identificação de muitos dos sujeitos locais com as facções, em oposição a códigos espaciais da legalidade do próprio Estado que, embora oficiais (hegemônicos), acabam não sendo obedecidos ou não sendo respeitados pelos que ali vivem.

Gera-se uma ordenação territorial (às avessas), não-oficial, ilegal, mas capaz de incutir sentimentos de normalidade nos habitantes de comunidades diante da territorialidade do crime e medo naqueles que não compreendem essas relações instituídas ou não aderem a elas.

Figura 6 – Pichações identificadas por Reis Netto (2018), ao estudar facções criminosas e o tráfico de drogas na região metropolitana de Belém-PA, entre 2016 e 2018, à esquerda, no muro de uma escola

pública do bairro Centro de Santa Bárbara-PA, e, à direita, em muro de comércio no bairro Distrito Industrial, de Ananindeua-PA, proibindo roubos nas respectivas comunidades.



Fonte: Reis Netto (2018).

Note-se que os códigos na paisagem, expressivos das territorialidades das facções, não se encontravam colocados de maneira aleatória. Como afirmaram os autores, a escolha, no caso da escola, representava uma confrontação aos códigos oficiais do Estado, ao passo que, no segundo caso, representava um sinal de proteção ao comércio e à economia local, afastando-se, com isso, as intervenções policiais nas áreas, desinteressantes às organizações do tráfico de drogas (REIS NETTO; CHAGAS, 2018).

Obviamente, os autores também apontam sanções aplicadas aos transgressores das ordens sinalizadas no espaço. O sinal representava, portanto, um poder real, no espaço-tempo. A realidade protagonizava uma ordem geradora de medo na paisagem.

Outro exemplo diz respeito à associação interna, protagonizada no ambiente prisional, também, pelas facções criminosas (REIS NETTO; CHAGAS, 2019). As condições de precariedade vivenciadas pelos internos no cárcere é historicamente apontada como elemento favorável à geração dos laços associativos

que ocasionaram o posterior surgimento das facções criminosas (AMORIM, 2011).

Contudo, analisando-se a questão pela ótica geográfica aqui exposta, tem-se que a cooptação de faccionados pode ter sido favorecida, mais ainda pela identidade de laços entre os detentos e os códigos espaciais da precariedade dos presídios e carceragens, o que facilitou o sentimento de pertencimento, identificado por Reis Netto e Chagas (2019).

Figura 7 – À esquerda: foto de corredor do Presídio Estadual Metropolitano III, no ano de 2018. À Direita: imagem de imóvel, situado em determinado aglomerado subnormal de Benevides, que funcionou como boca de fumo, no ano de 2016.



Fonte: Acervo pessoal dos autores².

Considerando-se que a maior parte dos detentos do sistema prisional brasileiro advém dos estratos menos favorecidos das comunidades, que, justamente, habitam os espaços mais precarizados das cidades, fragmentados pela pobreza e ausência do Estado, torna-se assente a hipótese de que a precariedade do cárcere espelhe códigos naturalizados por muitos desses indivíduos, e, assim, que geram uma identidade entre estes.

² Foto do cárcere obtida das pesquisas de autor (2018), sob autorização da então Superintendência do Sistema Penitenciário – SUSIPE, atual Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.

Nesse sentido, vejam-se as fotos acima, que espelham a precariedade da morada de um lugar que funcionara como habitação e boca de fumo, e as anteriores condições de um presídio da região metropolitana de Belém-PA. Ambos são espaços que não remetem a um ideal de dignidade, e, por isso, detém códigos que reforçam a situação de exclusão, de desterritorialização precária nas cidades (fragmentadas) deste século XXI.

Para o estrangeiro, certamente a imagem da cadeia ou da casa gera sentimentos desagradáveis em relação às condições de vida e saneamento. Àquele que habita, os códigos expressam a normalidade de uma situação de exclusão.

Uma paisagem do medo para alguns, como visto, é a paisagem do dia a dia de outrem. Isso foi muito bem compreendido pelos agentes territoriais do crime, que teriam se valido justamente do discurso de identidade e comum sujeição a condições precárias, como bandeiras de união e associação entre os detentos, estendendo o poder dessas organizações para além dos muros das cadeias (REIS NETTO, 2018; REIS NETTO; CHAGAS, 2018, 2019), pelo que se reforça a hipótese de que os códigos do espaço, o estranho nas sombras, alimenta essa possibilidade.

Por fim, deve-se destacar que os fluxos (SANTOS, 2017) ou frequências (LEFEBVRE, 2000) não são constantes. Sua variabilidade depende de um constante jogo de forças globais, regionais e locais, bem como da capacidade de ação de inúmeros agentes territoriais em diferentes escalas, ao longo do tempo.

Por isso, os códigos inerentes aos lugares estão sujeitos a uma constante mutabilidade que, com o passar dos anos, mostra-se capaz de alterar os significados mentais inerentes a paisagens, transformando-as substancialmente.

O estranhamento, o sentimento de medo diante de um *alter* (outro) pode naturalmente surgir ao longo desse processo, transformando lugares representativos da história, da cultura de um povo, antes vívidos e valorizados, em verdadeiros *fantasmas*, representativos de uma vida passada, que ainda permanecem em locais onde já houvera a vida, assombrando o pensamento de muitos na atualidade, gerando sentimentos de medo associados à mudança de sua função social, política, econômica, etc., dentro das cidades, associando-os à imagens negativas, estigmatizadas, precarizadas, inerentes a contextos violentos ou maléficos a um hipotético bem comum.

Veja-se, como exemplo, a imagem do Mercado Renascença, “hoje mercado de São Braz, foi tombado em 1994 conforme anexo VII pela lei 7.709 de 18 de maio de 1994” (CASTRO, 2018). Embora historicamente se constitua como um baluarte de um dos períodos mais prósperos da economia paraense (ao menos, para certos grupos sociais), esse ícone da *Belle Époque* situado no Bairro de São Braz, cidade de Belém-PA, atualmente se encontra sujeito a uma situação de abandono público premente, mesmo após seu tombamento (que, em tese, coloca-o sob a tutela e guarda por parte do Estado) (CASTRO, 2018).

Os códigos do lugar (como se observam da imagem abaixo) expressam signos do abandono e ideários remetentes à presença de criminalidade, muito embora a mercancia ainda seja exercida no período matutino e vespertino e seu largo represente um forte representativo a movimentos sociais (CASTRO, 2018).

Ainda assim, são nítidos os códigos expressados pelo local, sobretudo, no período noturno, bem como as referências sobre o perigo de circular pela região. O *estranho nas sombras* do mercado

perpassa a estigmatizada imagem de um *alter* abandonado, que, fragmentado num bairro em muito guiado pela lógica da especulação imobiliária, tornou-se abrigo (até mesmo por seu caráter público) de habitantes de rua e supostos consumidores de entorpecentes.

Transformado num fantasma do presente, o lugar foi apontado por muitos, aos autores do texto, como uma paisagem do medo na cidade de Belém-PA, motivando o registro noturno a seguir.

Figura 8 – Um baluarte do passado, um fantasma do presente.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

Desta forma, é possível perceber como o sentimento de alteridade, de estranhamento a uma paisagem, é capaz de se estender sobre os espaços de maneira absolutamente imprevisível, recobrando símbolos até mesmo da riqueza de outrora, assim, transformando-os na visão do *alter*, numa paisagem do medo daqueles que, mergulhados numa complexidade (ocultada pelo fetiche de uma sociedade consumista) se quedam incapazes de perceber os significados mais profundos ali incrustados, de maneira indissociável, nos objetos presentes na mesma paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reflexão final, pode-se afirmar que as paisagens, enquanto fruto da complexidade do espaço-tempo, plasmadas enquanto eventos decorrentes de inúmeras relações de territorialidade das mais diversas naturezas, são capazes de gerar sentimentos de medo diante dos olhos daqueles que se sentem ameaçados pelos códigos ali expressados. As paisagens do medo, portanto, existem diante dos olhos viventes.

Mas a ideia de *paisagem do medo*, em si, presume um sentimento de alteridade em relação ao lugar e à cultura que se presume presente diante dos olhos do observador forasteiro (ou que, ao menos, se sinta nessa condição de pessoa diferente daquele lugar). A construção de uma paisagem do medo se dá aos olhos do *alter*, do outro, que não vive e não se identifica com os códigos de indicam as condições de vida deparadas, o que, portanto, pode o tornar alvo de ansiedades e pavores.

De forma preconceituosa, as paisagens do medo costumam ser relatadas, descritas, aclamadas, ao menos, no mundo dos estudos da violência e do crime, sob lógicas mais hegemônicas, que estigmatizam imagens de pobreza e precariedade correspondentes ao estilo de vida de muitos, ignorando, assim, os próprios processos complexos que as constroem e, mais ainda, que o mesmo sentimento de medo é gerado aos habitantes daqueles locais, quando apostos diante das paisagens das áreas mais favorecidas das cidades, onde (em tese) nem sempre são bem-vindos (senão para o trabalho, e com muitas restrições).

A ideia de paisagem do medo será sempre relativa, e estará diretamente ligada à uma dicotomia entre a territorialidade que se vive e uma territorialidade que não se vive, portanto, decorrente de uma sensação de ruptura diante de códigos diferentes daqueles

inerentes ao espaço que corriqueiramente se exerce a existência. Enquanto ser-no-espaço (LEFEBVRE, 2000), o humano vive em busca do espaço-de-seu-ser, e, quando apartado deste, certamente poderá ser abatido pelos medos decorrentes de códigos que, em sua mente, podem afetar a existência de seu ser.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. **Comando Vermelho**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- CASTRO, Nádile Juliane Costa de. Memórias de um mercado em abandono. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 2, n. 3, p. 319-329. 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- LUPTON, Ellen. **O design como storytelling**. Osasco: Gustavo Gili, 2020.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para as ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das grades: A integração dos presídios às redes territoriais do tráfico drogas (dissertação)**. Belém: PPGSP/UFGPA, 2018.
- _____. O crime sob o olhar da geografia: notas iniciais sobre uma geografia da violência e do crime. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

REIS NETTO, Roberto Magno; CHAGAS, Clay Anderson Nunes. A associação externa como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no Pará. **Estudos Geográficos**, v. 16, n. 2, p. 157-173. 2018.

_____. Associação interna como forma de integração dos presídios às redes externas do tráfico: a percepção dos agentes territoriais da segurança pública no estado do Pará. **Rev. direito GV**, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2017.

_____. O Retorno do território. *In*: OSAL. Observatorio social de América latina. **Territorio y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GeoUSP**, N. 33, p. 168-185. 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

XAVIER, Adilson. **Storytelling**: Histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: best business, 2015.

Submetido em: 20 de maio de 2022.

Devolvido para revisão em: 30 de julho de 2022.

Aprovado em: 08 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

REIS NETTO, R. M.; CHAGAS, C. A. N.; CAVALCANTE, C. D. C. D. S. O estranho nas sombras : reflexões sobre o espaço, o território e as paisagens do medo. *Terra Livre*, v. 2, n. 57, [2021]. p.10-38. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2309>.